

TERRITÓRIO E CONFLITO NA AMAZÔNIA: interpretações geográficas dos conflitos pela terra em Anapu, Pará

TERRITORY AND CONFLICT IN THE AMAZON: geographical interpretations of landconflicts in Anapu, Pará

Edilane Bezerra Amorim

Mestranda em Geografia no Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGeo, Universidade Federal do Pará
edilany.f5@hotmail.com

José Antonio Herrera

Professor Doutor da Universidade Federal do Pará, Campus de Altamira
herrera@ufpa.br

Italla Cristina Neves

Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia - PPGeo pela Universidade Federal do Pará, Campus Belém
italla.neves1605@gmail.com

Resumo

Neste artigo, compreende-se a formação do território de Anapu-PA, a partir das políticas de incentivos e créditos como potencializadoras de conflitos pela terra. Trata-se de um município formado na década de 1970, com a abertura da rodovia Transamazônica (BR230), município em questão tem sua trajetória marcada por altos índices de conflitos no campo. Parte de sua ocupação se deu de forma desordenada, pela abertura de uma nova fronteira por grileiros, ampliando as ações de apropriação ilegal e desmatamento descontrolado resultando em graves conflitos agrários. Para dar condições reais de uma discussão qualificada, metodologicamente, foi levantado dados e informações no banco de dados da Comissão Pastoral da Terra; levantamentos de créditos rurais na plataforma do Banco do Brasil S/A; elaborados mapas de uso e cobertura do solo, utilizando a série de uso da terra disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. As pesquisas bibliográficas e documentais, juntamente com dados estatísticos, apontam para um território derivado e produzido a partir de conflitos pelo uso da terra e seus recursos, com alto índice de concentração de terras, gerando desigualdades sociais e espaços de conflitos.

Palavras-Chave: Território. Políticas públicas. Conflitos. Amazônia. Anapu-PA.

Abstract

In this article, we seek to understand the formation of the territory of Anapu-PA, from the policies of incentives and credits as enhancers of conflicts over land. It is a

municipality formed in the 1970s, and with the opening of the Transamazônica highway (BR230), its trajectory was marked by high indications of conflicts in the countryside. Part of its occupation occurred in a disorderly manner, due to the opening of a new frontier by land grabbers, expanding the actions of illegal appropriation and uncontrolled deforestation that resulted in serious agrarian conflicts. In order to provide real conditions for a methodologically qualified discussion, data and information were collected in the database of the Pastoral Land Commission, surveys of rural credits on the Bank of Brazil S/A platform, maps of land use and cover were prepared, using the series of land use provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics - IBGE. The bibliographic and documentary researches along with statistical data points to a derived and produced territory from conflicts over land use and its resources, with a high concentration of land, generating social inequalities and spaces of conflict.

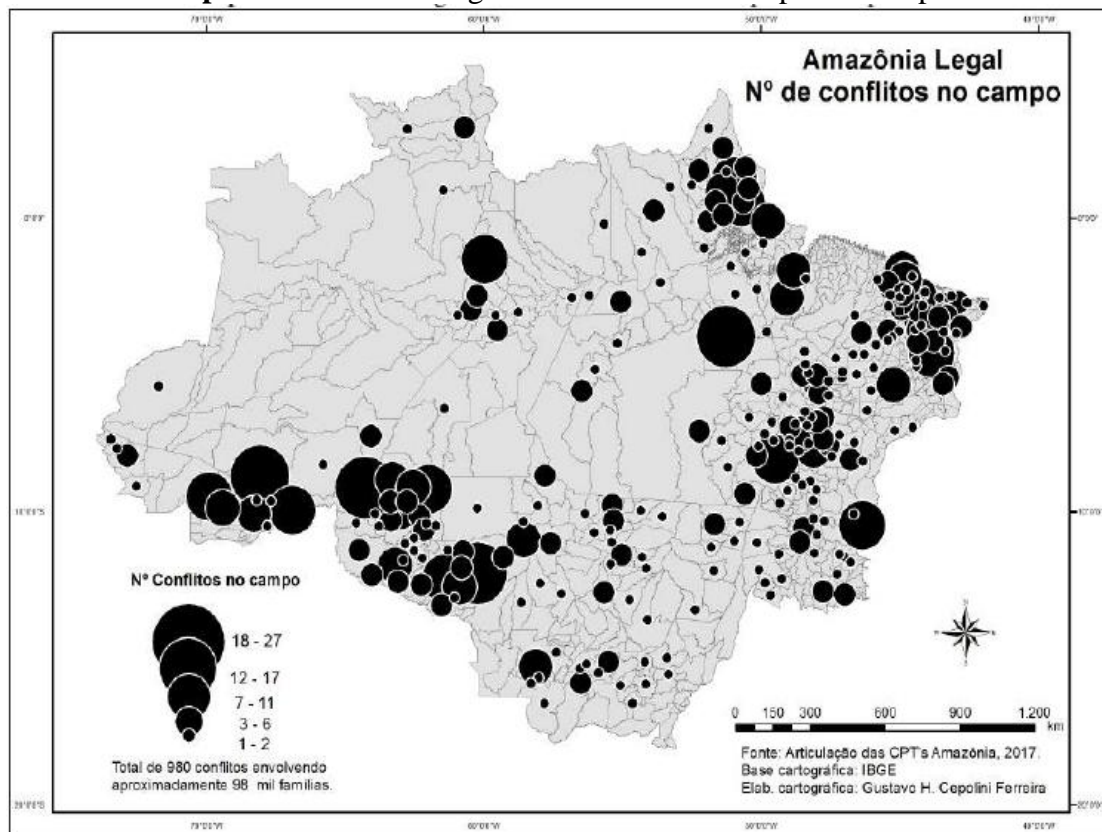
Keywords: Territory. Public policies. Conflicts. Amazon. Anapu-PA.

Introdução

O presente artigo resulta da pesquisa realizada sobre o município de Anapu (PA). O município em estudo está inserido no típico contexto de colonização, formações de cidades rurais na região da Transamazônica (BR-230), tendo como impulso para seu surgimento as políticas promovidas pelo Estado na década de 1970, sobre o jus de integração do território e segurança nacional, promovendo uso estratégico do espaço, onde inúmeras famílias passaram a se deslocar para essa última fronteira agrícola brasileira, a Amazônia.

O Governo Federal, programou para essa região, inúmeras estratégias de ocupação, porém essas não foram onipotentes, como bem assume Becker (1997, p. 19) “(...) Na estratégia governamental interferem os interesses e confrontos dos atores sociais privados e públicos, expressos em sua territorialidade”. De modo que os processos de disputas pelo uso do território amazônico são intensificados, codiconando formas diversificadas de apropriação das terras, promovendo situações de conflitos, que se estendem e se intensificam até os dias atuais, como observado, no mapa 01, os conflitos no território amazônico no ano de 2017.

Mapa 01: Amazônia Legal número de conflitos por município.



Fonte: Altas de Conflitos na Amazônia, CTP 2017.

Org.: Gustavo H. Copolini Ferreira, 2017.

Partindo desta realidade que se buscou compreender os conflitos intensificados sobre o território de Anapu, onde as políticas pensadas e projetadas, a partir das estratégias de ocupação da Amazônia, foram gerando contradições que culminaram nos conflitos existentes. Em hipótese, o modelo de ocupação e de desenvolvimento projetado, não concretizado por completo, contribui para o acirramento das disputas no campo em função das contradições geradas como consequências das políticas e ações implementadas.

Neste sentido, tem como balizar neste texto a compreensão de Santos; Souza; Silveira (1996), para quem o território usado e apropriado que o torna objeto de análise social, pois o território é determinante com as ações humanas. No campo de Anapu, instituem-se pelo menos dois grupos sociais antagônicos que buscam o uso dos recursos paisagísticos que o território possui, um que busca explorar desordenadamente a floresta, sobretudo para exploração madeireira e formação de pastagem, ou pra manter imensas áreas na forma de reserva de valor, e outro grupo que busca fazer uso dos

recursos de modo a garantir o necessário à sobrevivência, buscando viver de forma a manter atividades produtivas de baixo impacto.

O território então, é pensado não por si mesmo, mais a partir de seu uso, onde são manifestadas as ações contraditórias, sobremaneira com a intensificação do grande capital. “(...) O território usado é assim uma arena onde fatores de todas as ordens, independentemente da sua força, apesar de sua força desigual, contribuem à geração de situações” (SILVEIRA, 2011 p. 5).

Há, portanto, a necessidade de compreensão do território frente o avanço das relações de produção capitalista; conforme Porto Gonçalves (2006), território é um espaço apropriado e, ao mesmo tempo, é instituído por sujeitos e grupos sociais que se afirmam por meio dele, num mesmo território há sempre múltiplas territorialidades. Assim, “pensar a fronteira amazônica é pensar simultaneamente os conflitos e conflitualidades¹ que surgiram a partir da sua ocupação diferenciada e seletiva no decorrer dos anos” (Gomes; Bringel, 2016 p. 83).

A Amazônia desde seu processo inicial de ocupação é uma região em constante disputa política, econômica, ambiental e social, e nesse contexto de disputa, está a luta pela terra, que tem relação com o processo de colonização da região, que contou com a estratégia de distribuição da terra controlada pelo Estado, na busca de soluções para conflitos sociais já existentes. Alguns objetivos de ocupação puderam ser alcançados, porém o Estado não consegue ter o controle total dessa ocupação, acentuando-se relações conflituosas. “Mantiveram-se as relações arcaicas sob dominação da minoria que concentrava recursos financeiros e capazes de empreender a transformação dos recursos naturais em capital” (HERRERA, 2016, p. 145).

O mote da pesquisa foi compreender a formação do território de Anapu, a partir das políticas de incentivos e créditos como potencializadores de conflitos pela terra. Para tal, foram feitos o cruzamento dos índices de conflitos no campo com dados de investimentos na pecuária e agricultura do município, procurando relacionar ainda com o avanço da pastagem sobre o território.

¹ A conflitualidade é o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos a respeito do controle político e de modelos de desenvolvimento (FERNANDES 2013, p.178).

Adotou-se como fundamentação como método o materialismo-histórico-dialético, entendendo que este permite buscar na história elementos que permitem explicar as transformações da vida social, política, econômica e cultural e consequentemente entender o conflito pela terra em Anapu. Faz-se necessário voltar na história de criação deste território e como de forma dialética vem ocorrendo as mudanças até os dias atuais, ao compreender a gênese do território nega-se a existência natural do mesmo, ele ocorre através das relações sociais que se constroem.

Objetivamente a pesquisa contou com levantamentos de dados bibliográficos e documental sobre o município para caracteriza-lo e entender seus elementos contraditórios. Para obtenção dos índices de conflitos no campo, foram realizados levantamentos de dados secundários no banco de dados disponibilizados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT. Os dados de conflitos no campo da CPT de 2000 a 2017 foram analisados para que fosse possível dimensionar os alcances de conflitos no decorrer dos anos sobre o território, tais dados revelam que o município possui notoriedade dentro do Estado do Pará que é um dos mais violentos da Amazônia.

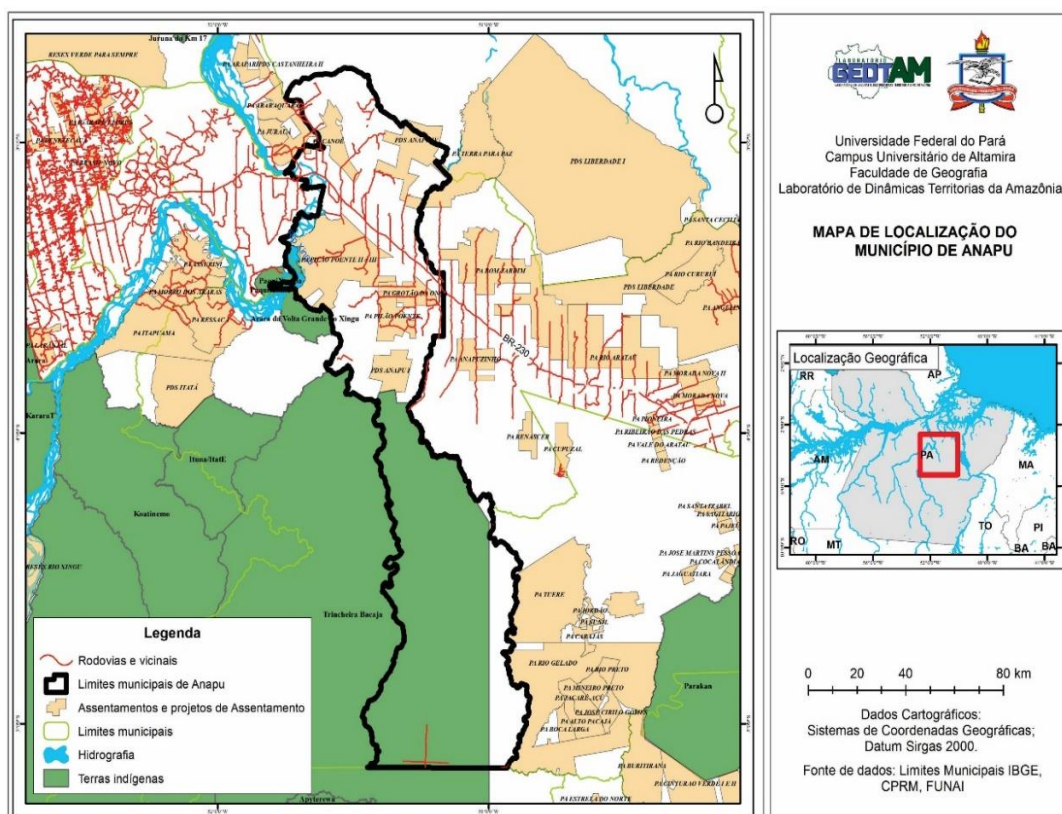
Para se obter dados referentes aos créditos rurais ofertados para o município foram realizadas buscas na plataforma do Banco do Brasil S/A, onde foi possível identificar que os dados de investimentos em créditos rurais ofertados para o município tem disparidade nos valores disponibilizados para a pecuária e agricultura, os maiores valores já investidos foram destinados à pecuária o que acarreta mudanças na dinâmica produtiva de Anapu, proporcionando o crescimento elevado no quantitativo de rebanho bovino, fato que acarretou diretamente no uso da terra.

Para registrar as mudanças no uso da terra a metodologia adotada foi a elaboração de mapas de uso e cobertura do solo, utilizando a série de uso da terra disponibilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, evidenciando padrão crescente da classe pastagem sobre o território, dadas às condições econômicas, os investimentos do setor produtivo direcionaram maior percentual para a pecuária. Tal fato, ocorre devido as políticas de crédito favorecerem a atividade de produtiva pecuária, o que tem significado elevação do potencial para o conflito, pois a pastagem vem se apresentado como uma frente de produção que demanda grande quantidade de áreas pela sua prática extensiva na Amazônia, envolvendo nisso a incorporação de áreas de agricultura familiar e das áreas de florestas.

Formação territorial do município de Anapu

O município de Anapu está localizado no norte brasileiro, no Estado do Pará, com população estimada em 27.161 habitantes e uma área de 11951,79 km² (IBGE, 2018); pertence às Regiões Geográficas Intermediária e Imediata de Altamira (mapa 02). A formação do município acontece a partir da expansão das fronteiras agrícolas no início da década de 1970, com a abertura da rodovia Transamazônica (BR 230). Parte da ocupação do município se deu de forma desordenada, pela abertura por grileiros de uma nova fronteira, ampliando as ações de apropriação ilegal e desmatamento descontrolado, que resultaram em graves conflitos agrários, envolvendo novos e antigos ocupantes (CHAVES, A. R. S; CASTRO, R. R. A; PORTUGAL, A, M, 2017).

Mapa 02: Localização do município de Anapu.



Fonte: IBGE, CPRM, FUNAI, 2010
Org.: Autores, 2018.

A localidade foi desmembrada dos municípios de Pacajá e Senador José Porfírio, e elevado à condição de município em 28 de dezembro de 1995, com a Lei estadual n^o

5.929. A instalação da sede na cidade de Anapu ocorreu em 1º de janeiro de 1997 (IBGE, 2017).

Atualmente município tem sua economia fundamentada na produção de banana, farinha e cacau; na pecuária extensiva com criação de rebanho bovino para corte e leite, durante muito tempo teve como sua principal atividade econômica na extração de madeira (PAULA FILHO, G. X; NERES, J. S, 2016).

O território rural de Anapu conta com quatro projetos de assentamentos tradicional e dois Projetos de Desenvolvimento Sustentável, que começaram a ser criados pelo INCRA, por meio das portarias desde 1997, a saber: Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá PDS Anapu IV, Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança PDS Esperança – Anapu I, Projeto de Assentamento Grotão da Onça, Projeto de Assentamento Pilão Poente, Projeto de Assentamento Pilão Poente II e III (Hoje Pilão Poente II), e o mais recente Projeto de Criação de Assentamento Mata Preta. Nota-se contradições dentro desse município uma vez que muitos incentivos foram sendo destinados aos pecuaristas presentes no município ao passo em que se criavam e estimulavam os assentamentos de desenvolvimento sustentável.

A partir dos anos 1970, na Amazônia brasileira intensificou-se o processo de ocupação e antropização do território, sobretudo com ações do Governo Brasileiro mediante a implantação do Programa de Integração Nacional (PIN) – prevendo-se a sua localização na faixa de 100 km de cada lado da rodovia federal, foram concebidos como forma de urbanismo rural a ser implantado nas áreas de “vazio demográfico”, onde lotes de 100 ha seriam distribuídos aos colonos que contariam também com núcleos urbanos – Rurópolis, agrópolis e agrovilas (BECKER, 1997) e do Projeto Integrado de Colonização (PIC) – em que o INCRA se encarregaria de organizar todo o assentamento, inclusive dar assistência financeira e técnica aos colonos (BECKER, 1997). Esses possibilitaram o surgimento de uma série de municípios às margens da BR 230 (Transamazônica).

O Governo adotou a estratégia de distribuição das terras devolutas na Amazônia, criando um decreto lei nº 1.164 de 01 de abril de 1971, onde já em seu Art. 1º declarava indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacionais, na região da Amazônia Legal, as terras devolutas situadas na faixa de 100 (cem) km de largura em cada lado do

eixo de rodovia (Diário Oficial da União 1971). Com esse decreto transformou-se terras devolutas em terras da união.

Para o Estado efetivar e consolidar esse domínio previsto em decreto passou a adotar estruturas espaciais aos moldes de Santos (2006) que promovessem a integração da área e expansão do território, permitindo com que várias atividades econômicas pudessem se desenvolver em forma de ordenamento territorial². Construíram-se malhas viárias orientadas através dos Projetos Integrados de Colonização, passando a ser instalado na Amazônia várias rodovias. Ao longo dessas rodovias o Estado brasileiro incentivou a ocupação, que tinha por objetivo promover o uso e produção do espaço, dando origem a fluxos crescentes de migração. Segundo Furtado (2014), as estradas serviriam como caminhos abertos pelas matas fechadas para facilitar o acesso de empresas colonizadoras e de adquirentes de terras, possibilitando com que a Amazônia encontrasse um caminho para sua vocação econômica - servir como base extrativista ao já realizado desde o processo de colonização no século XVI.

Dentre os eixos rodoviários de maior importância, que serviriam como atrativo para os migrantes estavam Belém-Brasília (BR-010), Cuiabá-Santarém (BR-163) e Transamazônica (BR-230); é às margens desse último eixo que está inserido o município de Anapu.

A rodovia Transamazônica foi planejada para melhor integrar o Norte ao restante do país, bem como contribuir para o povoamento da área na qual ela cortasse. A região apresentava antes da abertura da rodovia, uma dinâmica de exploração extrativista, prioritariamente a coleta do látex, para a produção da borracha (HERRERA; GUERRA, 2006). Com a abertura da estrada, possibilitou-se a implantação e desenvolvimento de projetos oficiais e particulares de colonização direcionada em suas margens. Gradativamente, o extrativismo deu lugar à expansão de cultivos agrícolas e de sistemas de criação de gado bovino (HERRERA; GUERRA, 2006).

A ocupação direcionada assentou na faixa da rodovia diversas famílias para ocupar porções dessas terras, construindo de maneira inicial um processo produtivo

² Ordenamento territorial é uma forma de uso singular do território estabelecida, que apresenta objetos, sociais, naturais e culturais. É reflexo da significação funcional e simbólica do território na totalidade social capitalista (SILVA 2011).

nessa região. Contudo, essa ocupação não se aproximou da meta estimada e discursada pelo governo. Segundo Gonçalves (2001):

Enquanto incentivos fiscais são colocados à disposição de fazendeiros e empresários, sobretudo do centro-sul do país e até mesmo estrangeiros, as 100 mil famílias de trabalhadores sem terra, que seriam estabelecidas ao longo da rodovia transamazônica, não passaram de 10 mil famílias. (GONÇALVES, 2001, p. 103).

Enfatiza-se que a forma burocrática e demorada que o INCRA adotou na liberação de títulos das propriedades aos colonos ajudava a impedir que esses colonos pudessem ter acesso ao crédito (BECKER 1997). Como o Estado não conseguiu fazer o domínio e controle total sobre essa porção do território amazônico, as relações de conflitualidade passaram a ser mais constantes entre os sujeitos que foram beneficiados por esses incentivos e os que apenas chegaram à região sem receber o aparato necessário do governo.

A rodovia Transamazônica na porção que pertence ao Estado do Pará é dividida em dois polos: Transamazônica Leste e Transamazônica Oeste. O que corresponde a Transamazônica Oeste é a porção que vai de Altamira (PA) em sentido oeste, uma área de 400 quilômetros em direção a Rurópolis (PA). Essa é a área da rodovia que foi destinada a Colonização Oficial, induzida pelo Estado ainda na figura dos militares (BRINGEL; GONÇALVES, 2014).

A concentração de esforços por parte dos militares é justificada devido à necessidade de apresentar certo sucesso da agricultura familiar nessa região, direcionando o sistema de produção para culturas de *commodities*, tais como cacau, pimenta do reino, cana de açúcar e café. Nesse esforço, destinavam-se créditos fortemente subsidiados e assistência técnica proporcionada pelo Estado na figura da CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira) e EMATER (Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural) (BRINGEL; GONÇALVES, 2014). Para essa área, ainda, se reservou uma colonização de famílias com origem do Sul do Brasil, especialmente paranaense (GUZZO; SANTANA, 2009).

A área que corresponde a Transamazônica – Leste vai de Altamira em direção a Marabá (PA), onde sua realidade é diferente da Transamazônica Oeste. Nessa área, predominou a ‘colonização espontânea’ e migrantes vindos principalmente do Nordeste brasileiro, nessa porção, o que se adotou de colonização dirigida foi apenas o módulo de

terra que era 100 hectares. Essa área da rodovia era considerada “fraca” e apresentava inúmeros focos de doenças como a malária (BRINGEL; GONÇALVES, 2014). O projeto político do Estado brasileiro para esse polo foi sempre contar com a derrota da agricultura camponesa e estabelecer a concentração fundiária, visando a territorialização da grande empresa rural através dos CATP’S (Contratos de Alienação de Terras Públicas) com lotes em média de 3.000 hectares (GUZZO; SANTANA, 2009).

A liberação de linhas de crédito agropecuário pela SUDAM atraiu grandes fazendeiros destinados a transformar a região em um grande polo pecuário e 15 grandes serrarias oriundas do sul do Estado se instalam em busca de novas áreas de floresta para a extração, transformando a região em um palco de vários conflitos (GUZZO; SANTANA, 2009). Ainda em relação aos grandes projetos disponibilizados pela SUDAM e conflitos por terra nessa região, Folhes et al (2016) diz que.

Tais conflitos ganharam relevo quando a extração madeireira ilegal e a pecuária passaram, a partir do final dos anos de 1990, a atrair investimentos cada vez maiores. Contexto reforçado pela liberação de recursos públicos - novamente via SUDAM, para que empresários desenvolvessem projetos florestais e de pecuária bovina nas áreas de CATPs, nas quais o INCRA judicialmente requeria a posse para posterior destinação à reforma agrária. Este quadro demonstra a existência de contradições marcadas pela flagrante divergência entre políticas públicas conduzidas por órgãos federais, que por fim, acabou potencializando os conflitos fundiários na região. (FOLHES et al., 2016, p 307).

A política de colonização promovida pelo Estado fez parte da estratégia de unir os interesses da burguesia do país na Amazônia, em que a tática adotada na distribuição das terras devolutas beneficiou o grande capital, ignorando os proletariados, gerando a concentração da terra na mão de poucos grupos econômicos para expansão e acumulação do capital (PICOLI, 2006).

Essa realidade - de concentração de terra - fica evidente quando observado a formação do município de Anapu, o qual quase 90% do território é formado por terras pertencentes à União. Na década de 1970, a maior parte do território foi dividido em glebas, que se tornaram objetos de Contratos de Alienação de Terras Públicas, conduzidas pelo INCRA para particulares (CTP, 2006). Nestes contratos estabeleciam prerrogativas onde o beneficiado teria prazo de cinco anos para tornar a área produtiva, caso isto não acontecesse, a terra voltaria para a União e seriam destinadas à reforma agrária.

Nos contratos, os pressupostos básicos, seriam os investimentos dos interessados para implantação de projetos agropecuários e ou agrominerais, ou ainda agroindustriais. No caso de Anapu, as terras públicas que deveriam ser retomadas pelo INCRA, não voltaram para o poder público, para além, o INCRA tinha a obrigação de enviar um técnico para avaliar essa situação dos contratos, como isso não aconteceu, as áreas ficaram vulneráveis a quem quisesse entrar e ocupar (CTP, 2006).

Assim, a formação territorial de Anapu resulta dessas políticas de distribuição de terras pertencentes à União, que infelizmente, as amarradas concessões contratuais não foram em maioria cumpridas, a distribuição das terras e os incentivos à produção não alcançavam a todos, mas sim, concentraram-se nas mãos de poucos grupos econômicos que buscaram o controle da terra. Situação parecida foi exposta por Picoli (2006) em seu estudo de caso:

Através dos incentivos oferecidos pelo Estado, ocorreram na prática a concentração da terra, o empobrecimento das massas e a expropriação da terra dos indígenas e dos posseiros, bem como o não acesso aos que chegaram em busca de terra e trabalho. (PICOLI, 2006, p. 38).

Essas ações impulsionadas pelo regime político brasileiro determinaram as dinâmicas de uso e ocupação da Amazônia, gerando um conjunto de relações conflituosas pela terra e suas possibilidades. Está colocada uma condição e papel a ser desempenhado por esta porção do território: desenvolve-se um sistema produtivo que concentra a terra, gera conflito, e acúmulo de capital na Amazônia. Nesse momento as ações do capital evidenciam uma das faces do sistema capitalista, a acumulação é o retrato da desigualdade em que vive os sujeitos da Amazônia, gerando uma contradição genética em um território conhecido pela abundância no que tange a terra.

Essa intensa forma de ocupação advém dos discursos de integração e do modelo de desenvolvimento pensado e que na realidade não se materializou em seu todo, mas que serviu de precedente para a ocorrência de frentes especulativas de terras e espaços conflituosos.

Os PDS e a hegemonia agropecuária e madeireira

Em Anapu, mais de 90% de suas terras são consideradas devolutas (CPT, 2006); tal fato justifica-se porque pouco menos de uma centena de Contratos de Alienação de

Terras Públicas disponibilizadas foram concedidos pelo governo federal e muitos concessionários não implantaram atividades agropecuárias nas áreas. Em algumas delas, centenas de famílias sem-terra foram se estabelecendo, abrindo áreas agrícolas e pastos ou se engajando nas atividades madeireiras que começavam a crescer, ilegalmente, na região, ou ainda fazendeiros de outras regiões registravam de forma indevida essas áreas em seus nomes, nos cartórios de registro imobiliários próximos a Anapu, realizando a chamada 'grilagem' de terras (FOLHES et al., 2016).

A colonização da Transamazônica Leste cumpriria dois objetivos: a) Amenizar a pressão por reforma agrária no Sul e no Nordeste brasileiro; b) Liberar mão de obra para a exploração capitalista no interior da fronteira; porém o que se observou foi o acirramento do conflito pela posse da terra na região, já que os camponeses viam imensas terras públicas com anuência do Estado serem apropriadas pelo ciclo da grilagem, que desviava o recurso público, expulsava e exterminava as populações originais e degradava o meio ambiente (BRINGEL; GONÇALVES, 2014).

Os camponeses organizados começaram a reivindicar as terras públicas. Em 1998, o INCRA solicitou um recadastramento das terras de Anapu, que aconteceu no ano seguinte, em 1999; em uma assembleia dos movimentos, o INCRA apresentou um novo modelo de reforma agrária: os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS's), que combinam o desenvolvimento de atividades produtivas incluindo produtos nativos, com o assentamento humano de populações tradicionais ou não, fruto de intensa luta de colonos da rodovia Transamazônica contra grilagem de terras e extração de madeira (CTP, 2006).

De acordo com Guzzo; Santana, 2009.

Para a implantação dos PDS's de Anapu destacam-se nessa luta os movimentos sociais de Anapu e transamazônica, liderados pela incansável Irmã Dorothy Stang. Que teve a sua vida tirada covardemente por pistoleiros (...) Irmã Dorothy defendeu os interesses dos moradores dos PDS's e ajudou a idealizar um novo modelo de assentamento rural que significaria o lugar de moradia e subsistência para várias famílias sem terras da região. (GUZZO; SANTANA, 2009, p.39).

Como destaca as autoras, os movimentos sociais de Anapu se organizaram e passaram a travar uma luta por direito a essas terras que estavam sendo utilizadas de forma irregular e destruindo a floresta de maneira acelerada, porém a criação dos PDS's

não significou o fim dos conflitos e disputa pela posse da terra. A criação dos PDS's acarretou o acirramento dos conflitos. Muitos posseiros já assentados pelo INCRA passaram a ser vítimas de ameaças e expulsos dos lotes por grupos armados.

A criação de um assentamento sustentável iria contra os investimentos dos madeireiros e pecuaristas da região, ainda mais por nessas áreas ter a presença de floresta rica em madeiras nobres, pelas quais muitos estavam de olho em explorar. Conforme a CTP (2010), derrotas do INCRA em batalhas judiciais contra os fazendeiros e madeireiros, acabavam por fragilizar a estrutura dos PDS's ocasionando a inviabilização da demarcação dos lotes e os primeiros anos de PDS's são vividos pelas famílias sob extrema pressão.

O governo do Estado resistiu frente à criação desses projetos de desenvolvimento sustentável. A esse respeito, Bringel e Gonçalves (2014) escrevem que:

(...) houve resistência por parte do Governo do Estado do Pará, alegando que já tinham sido aprovados, para mesma área, 15 projetos pela SUDAM para reflorestamento com frutas tropicais, plantio de café e capim em áreas degradadas. Cada um deles recebendo em média R\$5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil reais), representando um total de 75 milhões ao todo (...). (BRINGE; GONÇALVES, 2014, p. 394).

O Estado orquestrou ações para beneficiar os atores hegemônicos desse território com os incentivos oferecidos através de projetos da SUDAM para os grandes latifundiários tornarem suas terras "produtivas", pois projetos milionários como esses não chegam aos colonos donos de pequenas propriedades.

Até o ano de 2004, o município de Anapu estava dentro do maior polo madeireiro da Região Imediata de Altamira, com 22 empresas madeireiras em pleno funcionamento. Nessa época, a exploração florestal em sua maioria era ilegal, era mais lucrativa a compra de madeira em tora feita com agricultores e pela retirada das toras em áreas devolutas ou áreas indígenas do que utilizar plano de manejo florestal sustentável (PACHECO et al., 2009).

Segundo Folhes et al. (2016), atualmente a atividade madeireira é a segunda maior empregadora do município, com em média 1000 empregos gerados, pouco menos que os trabalhadores empregados pela prefeitura municipal, existindo muitas denúncias que boa parte destas atividades continuam operando em áreas de manejo florestal sustentável irregularmente licenciados pelo órgão estadual de meio ambiente (SEMAS),

ou ainda operando em áreas sem licenciamento ambiental, em terras públicas não destinadas ou em assentamentos de reforma agrária.

Arelado a essa situação de exploração madeireira, Lima (2013) afirma que o conflito pela terra em Anapu foi acirrado devido à liberação de linhas de crédito agropecuária liberados pela SUDAM, por meio de incentivos fiscais que somavam cerca de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais). Com esses investimentos, muitos latifundiários foram atraídos, dessa vez em maior escala, para a Amazônia.

Em 1999, a irmã Dorothy³ procurou o Ministério Público Federal para denunciar que muitos desses incentivos oferecidos eram para áreas ocupadas por grileiros e campo de conflitos agrários, mais não obteve resposta e os projetos continuaram a serem destinados nessas áreas. “Assim, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentrada e, diante de um desenvolvimento capitalista que gera um enorme conjunto de miseráveis”. (OLIVEIRA, 2001, p. 187). Além disso, Herrera (2016) enfatiza que “(...)no momento em que a terra deixa de ter seu valor social e passa ter valor como mercadoria, a desestruturação social é algo marcante, ocorrendo a expropriação de inúmeras famílias (...)” (HERRERA 2016, p. 142).

Um fator presente na transformação da Amazônia em face da expansão do capitalismo é a alteração no sistema exploratório, onde a exploração dos recursos naturais passa a se intensificar, o que acaba por contribuir para além da devastação dos recursos naturais, a desapropriação de famílias de suas terras.

O capital gera a conflitualidade determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato. Nessa condição, nasce o conflito, porque o capital, tentando manter sua lógica e seus princípios, enfrenta permanentemente os camponeses para continuar a dominá-los (...). (FERNANDES 2013, p.182).

As ações desiguais do Estado para a região que de certo modo favoreceu grupos empresariais e muitas vezes omisso em relação à violência, acaba por agravar mais os conflitos. Os conflitos que se intensificaram nessas áreas, surgiram da disputa entre os colonos e latifundiários, de um lado o latifúndio não aceita a submissão dessas áreas

³ Dorothy Mae Stang, foi uma freira norte-americana naturalizada brasileira, acompanhou com determinação e solidariedade à vida e a luta dos trabalhadores do campo, sobretudo na região da Transamazônica. Irmã Dorothy mantinha intensa agenda de diálogo com lideranças camponesas, políticas e religiosas, na busca de soluções duradouras para os conflitos relacionados à posse e à exploração da terra na Região Amazônica. Foi assassinada, com seis tiros, aos 73 anos de idade, no dia 12 de fevereiro de 2005, a 53 quilômetros da sede do município de Anapu, no Estado do Pará (BIOGRAFIA IRMÃ DOROTHY).

para uso sustentável, pois seus interesses capitalistas buscavam explorar desordenadamente a floresta amazônica, sobretudo para a exploração madeireira e posterior transformação das áreas exploradas em pastagem, ou para manter imensas áreas como reserva de valor, mantendo inúmeras áreas improdutivas, e do outro se tem os colonos tentando fazer uso dos PDS's da forma como lhes fora estabelecido. Assim, como assevera Santos (2000), existe visões distintas no território, que é apropriado como abrigo e entre o território apropriado como recurso por atores hegemônicos. Isso permite definir este território, como território usado, palco de disputas e conflitualidades de distintos modos.

Em Anapu, repete-se a cruel estratégia observada em inúmeras conjunturas na Amazônia, nas quais a atuação de grupos contrários a políticas efetivas de Reforma Agrária e conservação ambiental antagonizam setores da agricultura familiar e de comunidades tradicionais, alterando o foco de conflitos sociais. A violência no território de Anapu não é só um ato contra os sujeitos e sim contra uma resistência desses, contra lutas que visam à mudança na estrutura fundiária do município, por isso opta-se muitas das vezes em tentar silenciar as lideranças que estão à frente das organizações.

Os conflitos pela terra

Os conflitos configurados na atualidade sobre o território de Anapu são resultados do desenho estrutural construído ao longo dos tempos, como mencionado tem sua história marcada pela disputa por terras, a ausência e omissão do poder público, as contradições inerentes às políticas públicas direcionadas para a Amazônia, ou seja, a inoperância do Estado e a impunidade põem em risco as conquistas adquiridas em meio ao enfrentamento e a morte de lideranças e trabalhadores do campo do município.

Segundo dados da CPT, de toda a Amazônia legal em 2017; o referido foi o quarto com maior número de conflitos no campo, em relação ao número de assassinatos em conflitos no campo do Pará, entre 2015 – 2017, ficou empatado com o município de Pau D' Arco na primeira colocação, com o total de 10 assassinatos. A tabela⁴ 01

⁴ Os dados da tabela de conflitos no campo de Anapu foram organizados com base nos Cadernos Conflitos no Campo Brasil da CPT de 2000 a 2017. O banco de dados da CPT é dinâmico, os dados são constantemente atualizados, as informações publicadas nos cadernos são acrescidas e/ou corrigidas. Desta forma, os dados publicados neste trabalho podem divergir de outras publicações que tenha como base a CPT.

evidencia os casos de violência, ameaças de morte e assassinatos ocorridos com trabalhadores e camponeses desde os anos 2000 até os dias atuais, concretizando a barbárie vivenciada no campo de Anapu, que nos últimos anos teve alarmante crescimento.

Tabela 1: Conflitos no campo em Anapu de 2000 a 2017.

Ano	Nº de conflitos	Famílias envolvidas	Ameaças de morte	Assassinatos
2000	-	-	-	-
2001	2	435	10	1
2002	-	62	-	-
2003	-	-	-	-
2004	2	155	6	1
2005	18	1.105	12	3
2006	2	22	1	1
2007	3	50	1	-
2008	2	317	3	-
2009	1	317	-	-
2010	5	415	-	-
2011	11	796	2	-
2012	1	180	-	-
2013	1	178	-	-
2014	-	-	-	-
2015	14	427	5	7
2016	6	339	-	2
2017	4	502	-	1

Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2017.

Org.: Autores, 2018.

Ao analisar a tabela, percebe-se que, em 2005, o número de famílias envolvidas em conflito no campo foi bastante elevado, ocorrendo o maior número de conflitos já registrado, além de três mortes, entre elas a de uma liderança dos PDS's, missionária norte-americana Irmã Dorothy, caso que repercutiu nacional e internacionalmente, voltando-se toda a imprensa e poder público para o caos fundiário enfrentado pelo município.

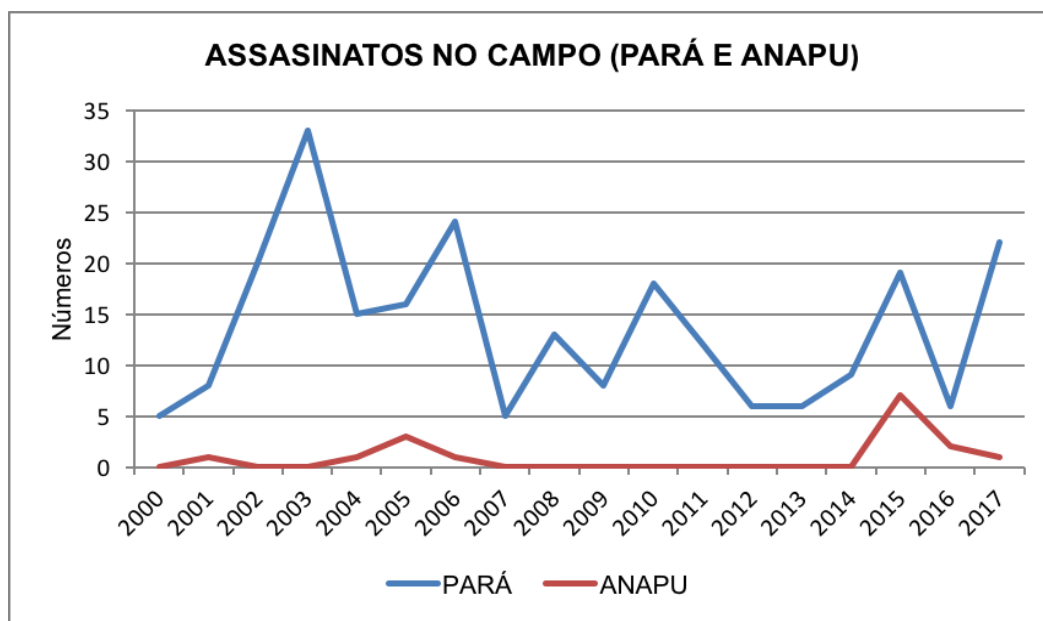
Devido a toda a repercussão durante os anos de 2007 a 2014, não ocorreram assassinatos no campo, no município, pois, após o assassinato de irmã Dorothy, o governo promoveu um período de aparente resgate de legalidade. Contudo, continuaram os registros de conflitos envolvendo as famílias de trabalhadores rurais e algumas ameaças de morte foram registradas. As estratégias governamentais não foram capazes

de consolidar uma proposta de reforma agrária ambientalmente diferenciada e eficaz no município.

Novamente, a partir de 2015, intensificou-se a organização de pecuaristas, madeireiros e até políticos, visando, sobretudo, desestabilizar de vez os PDS's, e fazer com que essas terras passem pelo mesmo processo que as demais em Anapu, retirando-se a madeira de forma ilegal, desmatando para a pecuária e fazendo especulação no mercado de terras (PORRO; PORRO).

Neste mesmo período ocorreram ocupações em áreas de lotes pleiteados para a reforma agrária, gerando intensos enfrentamentos entre os que anunciavam serem os donos das áreas e os ocupantes, e estes conflitos resultaram em sete assassinatos de trabalhadores só em 2015. Para evidenciar a proporção de assassinatos ocorridos derivados dos conflitos existentes em Anapu, destaca-se o gráfico 01.

Gráfico 01: Assassinatos no campo no Estado do Pará e no município de Anapu entre os anos 2000 a 2017:



Fonte: Comissão Pastoral da Terra, 2017

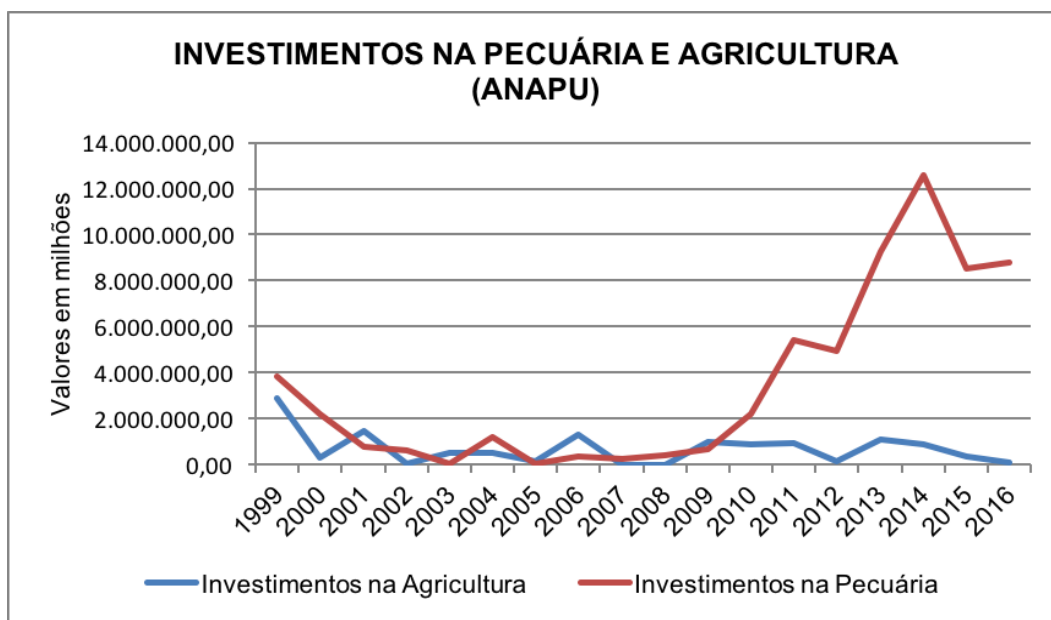
Org.: Autores, 2018.

O Estado do Pará, historicamente, mantém liderança em conflitos agrários no Brasil e, de acordo com dados da CPT, ao todo, o Brasil registra 45 massacres e mais de 200 mortes, em 32 anos. Só no Pará, ocorreram 26 massacres com 125 pessoas assassinadas. Ao cruzarmos os dados de assassinatos no campo, no Pará e Anapu, é

possível perceber que o município possui notoriedade, mesmo o Estado sendo possuidor de inúmeros municípios em conflitos no campo, o que mais uma vez mostra que de fato Anapu é um município em constante disputa pela posse da terra e com inúmeros problemas fundiários, que ao passo que se agrava vem provocando morte de atores do campo.

Outro elemento importante a destacar neste território em disputa é o investimento em créditos⁵ rurais para a pecuária e agricultura, que revela a disparidade nos valores de créditos concedidos para ambos, onde os maiores valores já investidos foram destinados à pecuária. Para exemplificar, destaca-se gráfico 02.

Gráfico 02: Investimentos na pecuária e agricultura no município de Anapu entre os anos 1999 a 2016:



Fonte: Banco do Brasil, 2016.

Org.: Autores, 2018.

Ao analisar o gráfico, percebe-se principalmente que de 1999 até 2004, há uma equidade nos investimentos, ou seja, a liberação de créditos, tanto para a pecuária quanto para agricultura, segue proporções semelhantes. De 2005 até 2009, houve uma queda no valor investido para a pecuária, correspondente aos anos em que há diminuição nos conflitos no campo do município.

⁵ Os dados levam em consideração apenas os créditos rurais oferecidos pelo Banco do Brasil, não conseguimos obter as informações de financiamentos e incentivos destinados ao município pelo Banco da Amazônia, destaca-se ainda que a maior disponibilidade é feita pelo mesmo.

Os investimentos voltaram a crescer entre 2010 e 2014 e em 2015 alcançou o maior pico. Ressalta-se que foi no ano de 2015 o maior número de registro de assassinatos no campo já alcançado pelo município.

Costa (2012), ao cruzar dados de assassinatos de trabalhadores rurais no Pará com incentivos fiscais, constatou que a aceleração da violência no campo da Amazônia manteve uma estreita relação com os grandes projetos agropecuários disponibilizados pelo Estado. Registra-se maior distribuição de dinheiro público para grandes propriedades ocorre a concentração de conflitos agrários, e isso é justificado pelo fato de que os latifúndios buscavam aumentar seu tamanho para conseguir mais dinheiro do governo.

Para ressaltar a importância desses créditos destinados, sobretudo a pecuária, apresenta-se a tabela 2, com os números de rebanhos bovinos no município:

Tabela 2: Rebanho bovino em Anapu dos anos 2000 a 2016.

Ano	Rebanho bovino (cabeças)
2000	48.950
2001	83.407
2002	68.747
2003	95.149
2004	118.600
2005	139.260
2006	172.456
2007	280.321
2008	175.384
2009	177.857
2010	171.721
2011	175.023
2012	225.093
2013	270.460
2014	262.642
2015	251.681
2016	267.860

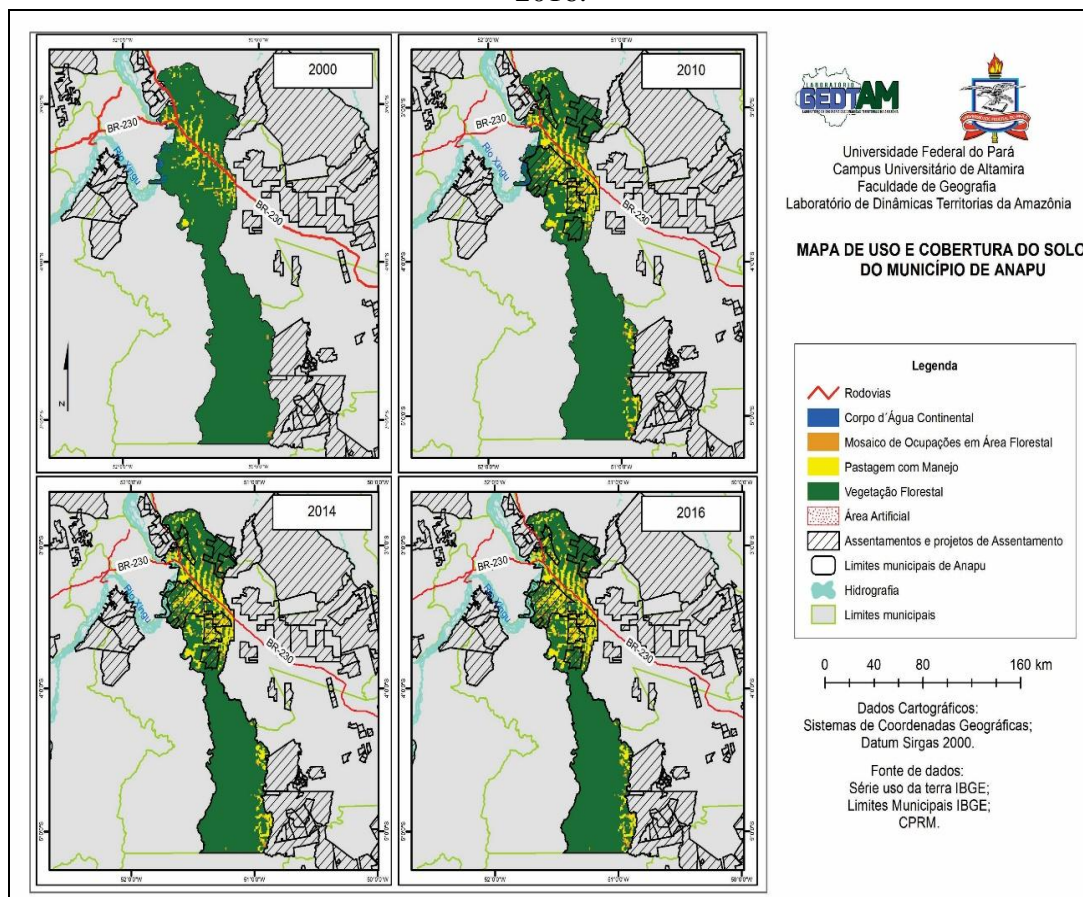
Fonte: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca/PA, 2016.

Org.: Autores, 2018.

Como observado, a pecuária bovina registrou índices de crescimento alto, entre 2000 e 2016, o qual o efetivo de rebanho cresceu 447,2%. Consequentemente, pela agropecuária praticada na Amazônia ser do tipo extensiva, precisa de grandes quantidades de terras para a reprodução do rebanho. O mapa 03, de cobertura do solo do

município, verifica-se que ao passo que aumenta o rebanho, crescem as áreas de pastagens sobre o território.

Mapa 03: Mapa de uso e cobertura do solo do município de Anapu entre os anos 2000 a 2016.



Fonte: IBGE, CPRM, 2010.

Org.: Autores, 2018.

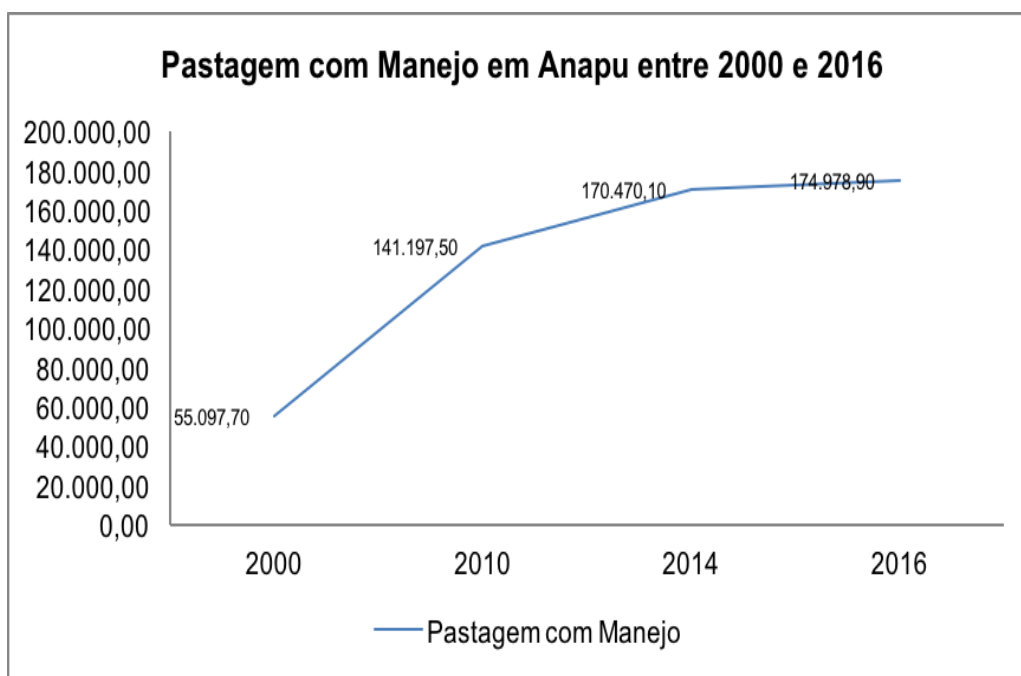
Pode ser observado também que apesar do elevado percentual de pastagem no município de Anapu, tanto as áreas de assentamentos como as áreas dos PDS até 2010 expressam pouco foco de pastagem, mas essa pastagem vem crescendo sobre esses assentamentos e em 2014 já é percebido avanço significativo sobre esses territórios. Esse fato pode influenciar diretamente na intensificação dos conflitos nos últimos anos, pois a tendência do grande pecuarista é expandir suas áreas, avançando sobre os pequenos produtores e suprimindo-os. Nesse sentido, Antoniazzi (2018) diz que o avanço da pecuária extensiva amparada pelas ações do Estado faz gerar grande parte dos conflitos agrários existentes na Amazônia legal, pois os pequenos produtores vão

sendo excluídos, não tendo crédito rural, tecnologia, assistência técnica, tornando-se pessoas vulneráveis e mais suscetíveis a conflitos agrários e sociais.

Os avanços da pastagem para a pecuária extensiva vêm ocasionando impactos ambientais e sociais, tanto pelo desmatamento, quanto por ser insustentável para os pequenos produtores cultivar outras culturas agrícolas, que tendem a diminuir a cada ano, além dos já mencionados avanços dessa frente sobre os projetos de assentamentos realizados pelo INCRA, impulsionando os conflitos fundiários.

Para melhor perceber o crescimento da pastagem nesse município destaca-se o gráfico 03.

Gráfico 03: Avanço da pastagem em Anapu, entre os anos 2000 a 2016



Fonte: IBGE, 2016.

Org.: Autores, 2018.

A pastagem com manejo tem crescido de forma significativa no município entre os anos de 2000 a 2016; os dados apresentam que no ano 2000 existia uma área total de 55.097,70 hectares, aumentando a medida dos investimentos para essa frente produtiva e assim, gradativamente essa área cresce para 174.978 hectares; em números percentuais dá-se um aumento de 218% em 16 anos. A pastagem com manejo apresenta um aumento das produtividades das áreas, pois um pasto com melhores condições tende a potencializar o aumento das cabeças de gado por área.

Os dados evidenciam padrão crescente dessa classe sobre o território, dadas as condições econômicas onde os investimentos do setor produtivo se direcionam em maioria para a pecuária. O destino das políticas de crédito tende a favorecer para essa frente produtiva; o resultado disso dá-se no seu aumento de área que entre 2000 a 2016 cresceu significativamente, 119.881,20 hectares, e paralelamente o rebanho bovino teve um aumento de 218.910 cabeças de gado.

Cabe apontar aqui o potencial para o conflito que esse aumento de área reserva, pois a pastagem vem se apresentado como um tipo de produção que demanda uma grande quantidade de áreas pela sua prática extensiva na Amazônia. O retrato potencial desses conflitos se apresenta no mapa de uso do solo (03), onde sua espacialidade apresenta um padrão de avanço sobre as áreas de assentamentos, que são os territórios que apresentam maiores focos de conflitos pelo uso da terra.

Considerações finais

As informações levantadas na pesquisa apontam elementos importantes para a configuração do território de Anapu, onde as ações e as políticas foram historicamente gerando contradições dentro dos processos que culminaram nos conflitos que são existentes porque se pensou para essa área estabelecer a concentração fundiária, buscando implantar as grandes empresas rurais, mas como os diversos atores sociais passaram a fazer por si só um processo de ocupação espontânea das áreas, passou a se configurar disputas pela terra e seus recursos naturais, impulsionando relações sociais extremamente violentas, estabelecendo-se a gestão territorial pautada na ilegalidade.

As lutas estabelecidas pelos atores da ocupação espontânea que resistiram no território obrigaram o estado a se reorganizar estrategicamente, criando projetos de assentamentos e PDS's na busca de amenizar os conflitos configurados sobre o território. Porém, ao passo que se cria essas políticas fundiárias, são destinados para a mesma região linhas de crédito agropecuário para grandes pecuaristas, mostrando a incoerência no ordenamento desse território.

Percebe-se que a ordem territorial presente neste município deriva do processo de ocupação, antropização e exploração dos recursos, resultante dos estímulos internos e externos do grande capital. Essas ações materializadas pelo Estado como agente

regulamentador contribuíram para a formação de conflitos pelo uso desse território. Tal realidade se expressa, concretamente, na materialização da barbárie que se constituiu no campo, em que se evidenciam as dificuldades de reprodução enfrentada pelos camponeses, as quais as ações pensadas muitas vezes os suprimem enquanto enaltece os grandes capitalizados.

A ganância dos que se consideram com direito sobre as terras onde foram implantados os PAs ou PDS's é um dos motivos da violência em que vivem os sujeitos e trabalhadores do campo de Anapu. O assédio as famílias são constantes tanto por parte dos madeireiros interessados, sobretudo nas áreas de preservação dos PDSs, quanto por empresários fazendeiros e grileiros que mantem interesses em se apropriar dessas áreas. Nesse contexto conflituoso os camponeses têm dificuldades devido a anuência dos órgãos que nada parece fazer para impedir que esses grupos contrários aos projetos de reforma agrária, assedie, ameasse e mate trabalhadores.

Há a necessidade de se repensar as políticas de gestão desse território, pois as existentes vêm gerando um território com o sistema produtivo pautado na concentração da terra e acúmulo do capital, gerando disparidades sociais, em que as consequências são os conflitos.

REFERÊNCIAS

ANTONIAZZI, Guilherme Andrade. **O agronegócio e os conflitos agrários: uma análise dos seus impactos na Amazônia Legal**. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XXI, n.169, fev.2018. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/link=revista_artigos_leitura&artigo_id=20168&revista_caderno=5>. [Acesso em 02 dez 2018].

Atlas de Conflitos na Amazônia. Goiânia: CPT; São Paulo: Entremares, 2017. 104 p. 1ª Edição, setembro de 2017.

BECKER, Bertha. K. **Amazônia**. São Paulo: 5º Ed. Ática, Princípios. 1997. 109 p.
BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1164.htm [acesso em 14 jun. 2018].

BRINGEL, Fabiano O; GONÇALVES, Cláudio U. **Territorialização camponesa e fronteira Agrária – O caso do Projeto de desenvolvimento sustentável (PDS) Esperança em Anapu –Pará – Brasil**. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 41, n.2, p. 384-403, 2014.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2005 [Coordenação: Antônio Canudo, Cassia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso] [Goiânia]: CPT Nacional Brasil, 2004. Pág. 264. Comissão Pastoral da Terra Goiânia, abril de 2006.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2010 [Coordenação: Antônio Canudo, Cassia Regina da Silva Luz e José Batista Gonçalves Afonso] [Goiânia]: CPT Nacional Brasil, 2004. Pág. 184. Comissão Pastoral da Terra Goiânia, abril de 2011. Vários autores.

COSTA, Francisco de Assis. **Formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. NAEA/UFPA, Belém 2012, 2º edição.

CHAVES, Ana Ruth dos Santos; CASTRO, Roberta Rowsy Amorim; PORTUGAL, Andreia de Menezes. **A busca pela ascensão feminina no PDS Virola Jatobá, Anapu-PA/** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 26(1): e42742.

FOLHES, Ricardo; CANTO, Otávio; LÉNA, Philippe; BASTOS, Rodolpho. **Conflitos Fundiários e Reforma Agrária na Amazônia: Experiência do PDS Esperança no município de Anapu**. Passages de Paris 12 (2016) 304-318.

FURTADO, Paulo José. **O governo militar e o incentivo de acesso à terra na Amazônia legal: Controle e favorecimento do capital privado (1964-1980)**. Revista Outras Fronteiras, Cuiabá, vol. 1, n. 1, jun., 2014.

FRIGOTTO, G. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional**. In: Fazenda, I. (Org.) Metodologia da pesquisa educacional. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. p. 71-90.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônia**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

GOMES, Dérick Lima; BRINGEL, Fabiano Oliveira. **Fronteira agrária e diversidade (micro)territorial na Amazônia: o PDS esperança, Anapu-pa**, DOI: 10.17551/2358-1778/geoamazonia.v4n7p78-96, 2016.

GUZZO, Maria Rosário Souza; SANTANA, Nivalda Silva de. **Irmã Dorothy Stang: a mártir dos PDS. A vida de Dorothy Stang na Amazônia**. Anapu, 2009.

HERRERA, José Antônio. **A estrangeirização de terras na Amazônia Legal Brasileira entre os anos 2003 e 2014**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária. Ed. Especial, p. 136-164, jun. 2016.

HERRERA, José. Antônio; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **Exploração agrícola familiar e o processo de ocupação da região Transamazônica**. Nº. 14. Textos do NEAF. UFPA. Belém. 2006. 13 p.

IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/anapu/panorama> [acesso em 16 jun. 2018].

IBGE.Pará.Anapu.Histórico.Disponívelem:<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/ara/anapu.pdf>. [Acesso em 14 jun. 2018].

Juliano Marcelino Deitos; Janaina Silvana Sobzinski. **O materialismo histórico e dialético: contribuições para a análise de políticas educacionais**
<http://dx.doi.org/10.15600/2236-9767/impulso.v25n63p101-118>.

João Pedro Stedile (org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). **A questão agrária no Brasil: o debate da década de 2000--** 1.ed.– São Paulo: Expressão Popular, 2013. 288p.: tabs., fots. – (A questão agrária; v.7).

LIMA, Cláudia Silva. **Irmã Dorothy Mae Stang e o Projeto de Desenvolvimento Sustentável. Memória e Resistência x o Poder do Latifúndio.** II encontro de pesquisas e práticas em educação do campo da Paraíba – UFPB (Campus I) Joao Pessoa /PB, de 5 a 7 de junho de 2013.

MENDES, Josilene Ferreira. **O direito vivo na luta pela terra no Projeto de Desenvolvimento Sustentável Virola Jatobá em Anapu/PA.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural, Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, UFPA, Belém, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A longa marcha do Campesinato Brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária.** Estudos avançados 15, 2001.

PAULA FILHO, Galdino Xavier de; NERES, Jairo de Sousa. **Dinâmica do desmatamento: uma análise à partir dos municípios de Anapu, Brasil Novo, Pacajá e Senador José Porfírio.** 01. Ed. Altamira - PA: Instituto Agronômico da Amazônia, 2016. v. 01. 119p.

PACHECO, Pablo et al. **Acesso à terra e meios de vida: examinando suas interações em três locais no estado do Pará.** Belém, Pará, CIFOR, junho de 2009. Centro Internacional de Pesquisa Florestal – CIFOR; Laboratório Agroecológico da Transamazônica– LAET/NEAF/UFPA; Assessoria Comunitária e Ambiental – ARCA; Direitos e Recursos-RRI.

PEREIRA, José Matias. **O processo de ocupação e de desenvolvimento da Amazônia a Implementação de Políticas públicas e seus efeitos sobre o meio ambiente,** Brasília a. 34 n. 134 abr./jun. 1997.

PICOLI, Fiorelo. **O capital e a devastação da Amazônia/** Fiorelo Picole – 1.ed. –São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Porro, Roberto; Porro, Noemi Miyasaka. **O colapso anunciado de um Projeto de Desenvolvimento Sustentável.**

PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **De Saberes e de Territórios: diversidade e emancipação a partir da experiência latino-americana.** Revista GEOgrafias. Ano VIII, Nº16, PP. 41-55, 2006.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção/** Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1). 1926-2001.

_____. **O papel ativo da geografia: um manifesto.** Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, n.9, p.103-109, jul./dez. 2000.

_____. **A natureza do espaço.** São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton (Org.); SOUZA, Maria Adélia Aparecida (Org.); SILVEIRA, Maria Laura (Org.). **Território: Globalização e Fragmentação.** 2. Ed. São Paulo: Hucitec-Anpur, 1996. V. 1. 332p.

SILVA, C. A. F. In. **Fronteira agrícola capitalista e ordenamento territorial.** Cap. 13, (org). SANTOS, M. BECKER, B. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SILVERIA, Maria Laura. **Território usado: Dinâmicas de Especialização, Dinâmicas de Diversidade.** Ciência Geográfica - Bauru - XV - Vol. XV - (1): Janeiro/Dezembro – 2011.

Recebido em 15/03/2020. Aceito para publicação em 19/05/2020.
--